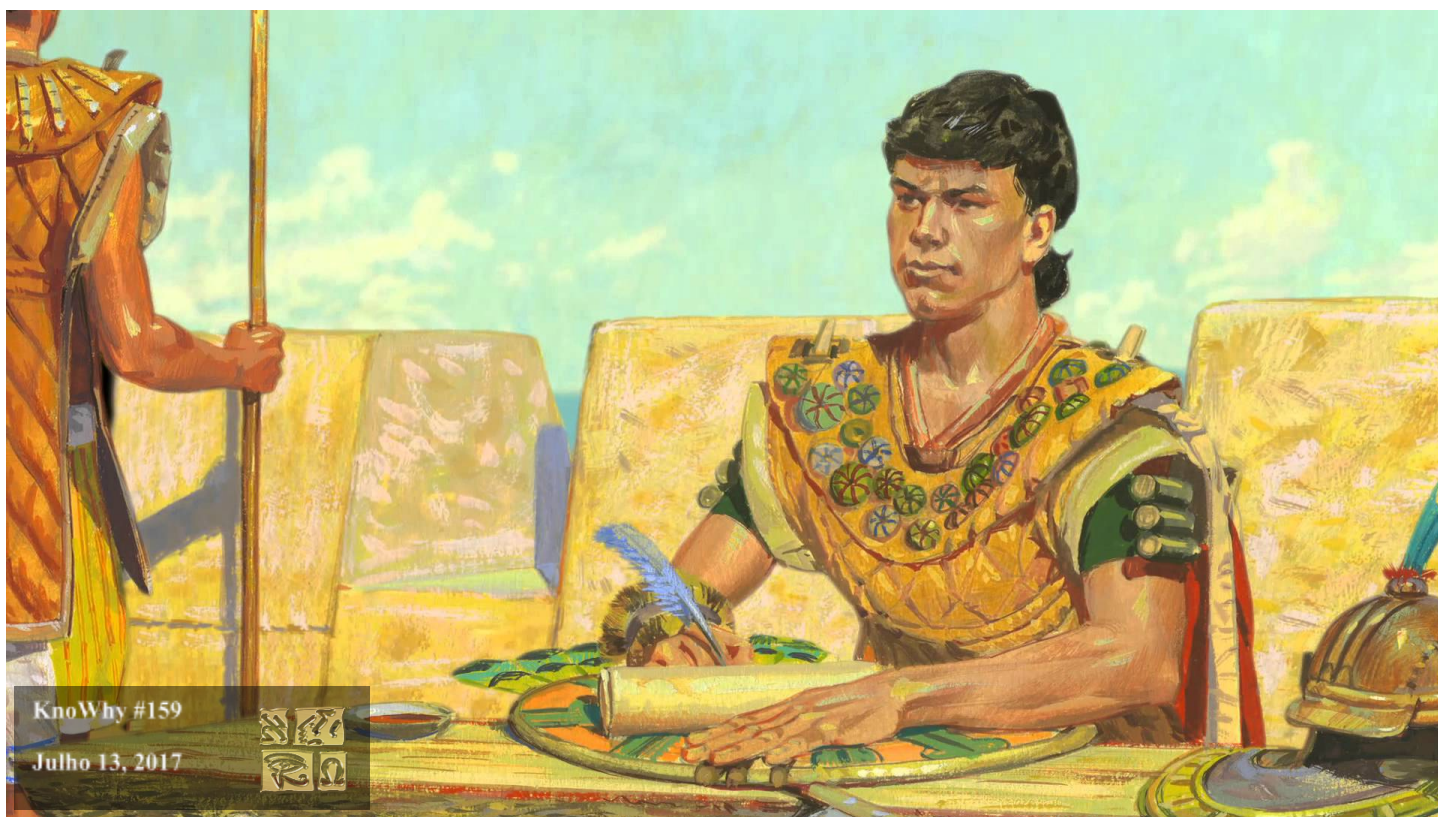




Por que Paorã não permitiu que a lei fosse alterada?

“Mas eis que Paorã não desejava nem consentiu que se alterasse a lei; de modo que não deu ouvidos aos que lhe enviaram a sua voz com suas petições referentes à alteração da lei”.

Alma 51:3

O conhecimento

Pouco depois de Paorã ser nomeado juiz supremo (Alma 50:39-40), o Livro de Mórmon relata que "surgiu uma discórdia entre o povo [...] pois eis que uma parte do povo desejava que alguns pontos específicos da lei fossem alterados" (Alma 51:2). Esses ativistas políticos eram chamados de realistas, porque queriam que se "derrubasse o governo livre e

instituísse um rei na terra" (v. 5).

Quando "Paorã não modific[ou] nem permiti[u] que a lei fosse modificada" (Alma 51:3), os realistas "desejavam ver Paorã destituído do cargo de juiz supremo" (v. 5). Por outro lado, aqueles que apoiavam Paorã "tomaram o nome de homens livres;

e assim, dividiram-se, porque os homens livres haviam feito o juramento, ou seja, o convênio de manter seus direitos e os privilégios de sua religião por meio de um governo livre" (v. 6).

Embora as sociedades modernas vejam normalmente as leis como produtos provisórios da criação humana, as civilizações antigas muitas vezes as viam como decretos imutáveis promulgados publicamente e enviados por governantes divinamente nomeados.¹ Moisés, por exemplo, recebeu os Dez Mandamentos em "tábuas de pedra, escritas pelo dedo de Deus" (Êxodo 31:18), que por sua vez foram aceitos em acordo com o convênio pelo povo.²



Moisés quebra as tábuas da lei por Gustave Dore. Imagem via Wikimedia Commons

O fato de essas tábuas divinamente entalhadas serem transportadas e guardadas em um recipiente sagrado, conhecido como a arca do convênio, o que apenas solidificava sua permanência física e simbólica (ver Êxodo 25:10-16).³ Outras sociedades antigas também escreveram sobre materiais não perecíveis, como pedra ou metal, com o propósito de estabelecer a durabilidade de leis, tratados ou decretos.⁴

John W. Welch explicou:

*Consequentemente, no mundo antigo, a lei era muito mais do que uma questão de política pragmática ou regulação econômica. A lei era uma expressão da vontade divina, dos ideais mais elevados de uma civilização, da ordem necessária da vida e da substância fundamental da justiça e da realidade.*⁵

Entender que os povos antigos normalmente mantinham suas leis "na mais alta estima possível", pode ajudar a explicar por que Paorã e seus homens livres se opunham tanto aos esforços dos realistas para alterar a lei.⁶

Além disso, a antiga lei era tipicamente percebida como um componente obrigatório de um relacionamento de convênio.⁷ A razão declarada para o apoio de homens livres em manter sua lei atual era que eles haviam "feito o juramento, ou seja, o convênio de manter seus direitos e os privilégios de sua religião" (Alma 51:6). Isso provavelmente se refere mais diretamente ao seu convênio de defender o padrão de liberdade de Morôni (Alma 46:19-21),⁸ mas também pode refletir um compromisso anterior de apoiar as leis e o governo estabelecidos por Mosias (Mosias 29:37-39).⁹

O porquê

Reconhecendo que os estatutos legais no mundo antigo eram considerados permanentes, divinamente inspirados e relacionados ao convênio, eles podem auxiliar os leitores a contextualizar melhor o faccionalismo político encontrado em Alma 51. Essa disputa foi muito mais do que uma alteração sugerida das particularidades legais. Em vez disso, a proposta radical dos realistas de reverter o sistema de juízes inspirados pelo rei Mosias, teria invadido normas e liberdades políticas e religiosas fundamentais.

Infelizmente, o mundo moderno enfrenta ameaças semelhantes às liberdades culturalmente cruciais e religiosamente sagradas. Élder D. Todd Christofferson concluiu:

Meus amigos e concidadãos, estamos vivendo tempos difíceis. A liberdade religiosa

*está realmente sob fogo. E as coisas podem piorar antes de melhorar. Mas este é o nosso tempo. Este é o nosso momento de defender as nossas liberdades fundamentais. Com coragem, convicção e civilidade [...] cada um de nós pode fazer uma diferença profunda.*¹⁰



As sociedades modernas exigem civilidade e paciência mais do que força ou compulsão. Assinatura da Constituição por Louis S. Glanzman

Em suas circunstâncias perigosas, e no contexto das antigas leis associadas aos convênios religiosos, Morôni obteve a permissão legal do governador e a voz do povo "para obrigar aqueles dissidentes" a cumprir sua obrigação legal de "defenderem seu país" (Alma 51:15).¹¹ Quando esses dissidentes "pegarem em armas para lutar contra os homens de Morôni" (v. 18), muitos foram mortos, mas os outros tiveram a opção de ceder "ao estandarte da liberdade" (v. 20) ou permanecer na prisão por um longo tempo sob ameaça de morte até que finalmente houvesse tempo para ser julgado (v. 19).

Felizmente, as nossas circunstâncias modernas — embora não exijam menos ousadia — exigem civilidade e paciência em vez de força ou compulsão, e na maioria dos lugares do mundo temos o afortunado luxo de tempo e recursos para podermos respeitar os direitos humanos e as proteções constitucionais. Assim, todas as pessoas são encorajadas a "ensinar e defender a verdade eterna da maneira que o Pai Celestial deseja, ao mesmo tempo, em que exemplificam o respeito, a compaixão e o profundo amor que Cristo exemplificou".¹²

Santos dos Últimos Dias modernos e patriotas de outras religiões consideram as leis, direitos e deveres

estabelecidos nas constituições de seus países, bem como muitas outras constituições modeladas semelhantemente ou governos que permitem a liberdade, divinamente inspirados e em consonância com a vontade de Deus (ver D&C 101:76–80).¹³ Embora as mudanças legais possam e devam ocorrer em todas as sociedades, tais modificações não são justificadamente provocadas pela desobediência civil e pelo oportunismo político. Assim, como os homens livres no tempo de Paorã, todas as pessoas que se beneficiam dessa maneira são naturalmente obrigadas a defender seus direitos e privilégios fundamentais, seguindo a orientação de líderes patrióticos para realizar a vontade justa da "voz do povo" (Alma 51:7).

Leitura Complementar

John W. Welch, *The Legal Cases in the Book of Mormon* (Provo UT: BYU Press and Neal A. Maxwell Institute for Religious Scholarship, 2008), pp. 3–18.

RoseAnn Benson and Stephen D. Ricks, "Treaties and Covenants: Ancient Near Eastern Legal Terminology in the Book of Mormon", *Journal of Book of Mormon Studies* 14, no. 1 (2005): pp. 48–61, 128–29.

John A. Tvedtnes, *The Book of Mormon and Other Hidden Books: Out of Darkness Unto Light* (Provo UT: FARMS, 2000).



© Central do Livro de Mórmon, 2021

Notas de rodapé

1. Ver John W. Welch, *The Legal Cases in the Book of Mormon* (Provo UT: BYU Press and Neal A. Maxwell Institute for Religious Scholarship, 2008), pp. 12–13; Noel B. Reynolds, "Nephite Kingship Reconsidered", em *Mormons, Scripture, and the Ancient World: Studies in Honor of John L. Sorenson*, ed. Davis Bitten (Provo UT: FARMS, 1998), pp. 151–189; Jeffrey M. Bradshaw and Ronan James Head, "The Investiture Panel at Mari and Rituals of Divine Kingship in the Ancient Near East", *Studies in the Bible and Antiquity* 4 (2012): pp. 1–2, 25–28; Brant A. Gardner, *Traditions of the Fathers: The Book of Mormon as History* (Salt Lake City, UT: Greg Kofford Books, 2015), pp. 267–268; Stephen Houston and David Stuart, "Of Gods, Glyphs and Kings: Divinity and Rulership among the Classic Maya", *Antiquity* 70, no. 268 (1996): pp. 289–312; Consulte o artigo da Central do Livro de Mórmon, "O que significa ser 'rei de toda a terra'?" (Alma 20:8)", *KnoWhy* 128 (6 de junho de 2017).

2. Para outros exemplos de escrituras entregues pela mão do Senhor, ver Alma 10:2 e Daniel 5:5, 24–28.

3. Ver John A. Tvedtnes, *The Book of Mormon and Other Hidden Books: Out of Darkness Unto Light* (Provo UT: FARMS, 2000), pp. 33–35; H. Curtis Wright, "Ancient Burials of Metal Documents in Stone Boxes", em *By Study and Also by Faith: Essays in Honor of Hugh W. Nibley*, v. 2, ed. John M. Lundquist e Stephen D. Ricks (Salt Lake City and Provo UT: Deseret Book and FARMS, 1990), pp. 273–334. Para uma correlação entre a arca do convênio e as relíquias sagradas entre os nefitas, ver Don Bradley, "Piercing the Veil: Temple Worship in the Lost 116 Pages", apresentação na Conferência FairMormon de 2012.

4. Ver William J. Hamblin, "Sacred Writing on Metal Plates in the Ancient Mediterranean", *FARMS Review* 19, no. 1 (2007): pp. 37–54; Tvedtnes, *Book of Mormon and Other Hidden Books*, pp. 145–154.

5. Welch, *Legal Cases*, p. 13.

6. Welch, *Legal Cases*, p. 13. Para uma percepção mais sutil da terminologia legal nefita, ver John W. Welch, "Statutes, Judgments, Ordinances, and Commandments", em *Reexploring the Book of Mormon: A Decade of New Research*, ed. John W. Welch (Salt Lake City and Provo UT: Deseret Book and FARMS, 1992), pp. 62–65.

7. Ver RoseAnn Benson e Stephen D. Ricks, "Treaties and Covenants: Ancient Near Eastern Legal Terminology in the Book of Mormon", *Journal of Book of Mormon Studies* 14, no. 1 (2005): pp. 48–61, 128–29; Stephen D. Ricks, "Kingship, Coronation, and Covenant in Mosiah 1–6", em *King Benjamin's Speech: "That Ye May Learn Wisdom"*, ed. John W. Welch e Stephen D. Ricks (Provo UT: FARMS, 1998), pp. 233–275.

8. Ver o artigo da Central do Livro de Mórmon "Por que Morôni citou o patriarca Jacó sobre a túnica de José? (Alma 46:24)", *KnoWhy* 154.

9. Ver o artigo da Central do Livro de Mórmon, "Como os juízes eram eleitos no Livro de Mórmon? (Mosias 29:39)", *KnoWhy* 107 (12 de maio 2017).

10. D. Todd Christofferson, "Religious Freedom—A Cherished Heritage to Defend", discurso no Festival da Liberdade, 26 de junho de 2016, disponível online em: lds.org.

11. A avaliação que Mórmon faz das ações de Morôni nessa situação é claramente de aprovação (ver Alma 51:15–21). Consulte o artigo da Central do Livro de Mórmon, "Por que Mórmon via o Capitão Morôni como um herói? (Alma 48:17)", *KnoWhy* 155 (8 de julho de 2017). Ver também Ryan W. Davis, "For the Peace of the People: War and Democracy in the Book of Mormon", *Journal of Book of Mormon Studies* 16, no. 1 (2007): p. 47: "Líderes como Morôni e Paorã não conquistam o poder arbitrariamente. Em vez disso, eles têm autoridade; sua capacidade de usar o poder é investida neles por um grupo maior de pessoas (ver Alma 43:17; 46:34). Quando os reis governam sem o consentimento eleitoral, eles podem travar uma guerra por razões pessoais ou em benefício de uma minoria turbulenta, ou influente".

12. Von G. Keetch, "An Example of the Believers", Devocional da BYU-Idaho, 14 de junho de 2016, disponível online em: byui.edu. Para obter mais informações sobre a apresentação do vídeo que Élder Keetch usou em seu discurso, consulte "Video Series Helps Mormons Defend Religious Freedom While Respecting Differences", acessado em 7 de julho de 2016, disponível online em: mormonnewsroom.org.

13. Para a declaração de crenças da igreja sobre o governo e a lei, ver D&C 134. Ver também Spencer W. McBride, "Of Governments and Laws", *Revelations in Context* (2015), disponível online em: lds.org.